

## Brasil precisa de uma agenda contemporânea de inovação

*ALVAREZ, Roberto. "Brasil precisa de uma agenda contemporânea de inovação". Valor Econômico. São Paulo, 26 de março de 2019.*

O ministro de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações anunciou antes da sua posse a meta de chegar a 3% do PIB aplicados em pesquisa e desenvolvimento (P&D). A intenção é boa e merece aplauso. Porém, mesmo que a meta fosse alcançável, ela em si não resolve as questões mais prementes a enfrentar para construir uma economia baseada em inovação.

Os investimentos em P&D no Brasil são majoritariamente feitos pelo setor público e concentrados nos inputs dos processos de inovação. No geral, não logramos transformar conhecimento em valor econômico. Para mudar essa realidade, é preciso compreender a dinâmica da (não) inovação no Brasil. Destaco cinco pontos.

Primeiro, o ambiente econômico historicamente não favoreceu o surgimento de uma economia inovadora. Altas taxas de juros, flutuações macroeconômicas, ambiente concorrencial não maduro e baixa produtividade criaram oportunidades que não passam por inovação - é menos arriscado ganhar dinheiro com renda fixa e consolidação empresarial. Em uma economia pouco globalizada, as empresas desenvolveram competências para mercados menos competitivos.

Segundo, há barreiras para criar e crescer empresas inovadoras. O sistema tributário é complexo, a integração entre esferas e agências de governo é deficiente. Há riscos na interpretação da legislação e, na prática, os empreendedores não conseguem isolar seu patrimônio pessoal dos negócios. O financiamento é restrito e as opções de saída para investimentos são limitadas - nosso PIB representa 10% do americano, mas o mercado de ações apenas 3,6%. O mercado interno não é sofisticado ou grande o suficiente para dar escala a empresas altamente inovadoras.

Terceiro, o investimento público é feito majoritariamente em pesquisa nas universidades. O apoio público à inovação se dá através de instrumentos antigos, pouco efetivos, com baixa participação privada. Ofertar crédito subsidiado pode ser resposta à escassez e ao custo elevado do capital no mercado privado, mas quanto à promoção da inovação se trata apenas de enxugar gelo. As principais agências de inovação no mundo investem principalmente através de "grants", competições, joint-ventures com a indústria etc.

Quarto, a relação distante entre indústria e pesquisa não é 'cultural'. Resulta de barreiras jurídico-institucionais, da organização da universidade pública e suas carreiras, e da falta de interfaces público-privadas efetivas. Apesar dos avanços do Marco Jurídico da Inovação aprovado em 2016 (Lei 13.243/2016), há limites para a circulação de pessoas, capital, conhecimento e outros recursos entre os setores público e privado que não existem nos países avançados.

Quinto, os investimentos públicos em C&T são pulverizados, têm pouco impacto e não são orientados para problemas - nos EUA, por exemplo, o grosso dos recursos

para P&D estão nos orçamentos de defesa, saúde, energia, transportes. Como mostra estudo do IPEA de 2016, nossa infraestrutura tecnológica é pulverizada, tem baixa escala e é pouco utilizada pelas empresas - faltam processos de negócios e estruturas de atendimento. Não temos projetos estruturantes, e os incentivos para investimentos privados são anacrônicos e pouco efetivos.

O desafio é grande e o problema, sistêmico, vai muito além de ciência e tecnologia (C&T). Torna-se ainda mais agudo em um contexto no qual muitos países, incluindo os líderes (EUA, Alemanha, Japão, China, Coreia do Sul etc), lançam estratégias de inovação e estratégias industriais com foco em alta tecnologia. Há farto material e estudos a respeito.

Porém, é importante notar que o Brasil realizou avanços notáveis em C&T. Formou recursos humanos, construiu um sistema de pós-graduação, investiu em infraestruturas de ponta como o Sirius, atingiu o 15º lugar na produção de artigos científicos no mundo e 1,3% do PIB aplicado em P&D - estima-se que tenha caído para 1% na crise fiscal. Embora aquém dos mais de 4% observados nos líderes e das médias mundial (cerca de 2%) e da OCDE (2,3% em 2016), investimos mais em P&D proporcionalmente ao PIB que Argentina, Chile, Colômbia e México.

Agora, para ir adiante e construir uma economia baseada em inovação, é preciso reconhecer e enfrentar a natureza sistêmica do problema. Investimento em pesquisa é essencial. Só que inovação é primeiro um problema de negócios, economia e instituições. Nesse contexto, a agenda deveria contemplar quatro tarefas principais:

- Aprimorar o ambiente econômico e competitivo;
- Reorganizar e modernizar a atuação do setor público;
- Modernizar o ambiente jurídico-institucional e
- Construir instrumentos contemporâneos de promoção da inovação.

O sucesso da agenda de inovação e a competitividade futura da economia dependerão da conexão com o exterior. Hoje, o comércio exterior representa parcos 24% do PIB e apenas 0,3% da população é de imigrantes, contra a média mundial de 3,5% e 15% nos EUA. Nossas empresas, universidades e sociedade são pouco internacionalizadas. A exposição ao exterior cria oportunidades, demanda sofisticação empresarial e qualifica as ações locais.

No mundo, as estratégias de inovação são coordenadas desde o centro do poder, nos gabinetes de primeiro ministros e presidentes. A compreensão de que a agenda envolve inúmeras áreas do governo impõe a necessidade de se obter níveis coordenação intragovernamental e com a sociedade raramente obtidos por aqui. Hoje, a melhor experiência que temos é capitaneada pelo setor privado, através da Mobilização Empresarial pela Inovação, da CNI.

Razões para apostar em inovação não faltam. A OCDE estima que ela responde por pelo menos 50% do crescimento de seus membros. No Brasil, ainda em 2005, o IPEA revelou que as empresas que inovam geram mais e melhores empregos, são mais produtivas, faturam, exportam e crescem mais. Aumentar o gasto em P&D é certamente importante, mas está longe de ser suficiente. A agenda deve ser sistêmica para ser contemporânea.

**Roberto Alvarez é doutor em engenharia de produção e diretor executivo da Global Federation of Competitiveness Councils (Washington, EUA), organização presente em 35 países.**